

Avaliação do Programa Segundo Tempo Universitário na Universidade Federal de Viçosa

Assessment of the University Second Time Program at the Federal University of Viçosa

GONÇALVES VL, SILVA DS, MARINS JCB. Avaliação do Programa Segundo Tempo Universitário na Universidade Federal de Viçosa. *R. bras. Ci. e Mov* 2019;27(1):150-163.

Victor Lana Gonçalves¹
Dirceu Santos Silva²
João Carlos B. Marins¹

¹Universidade Federal de Viçosa

²Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

RESUMO: O processo avaliativo configura-se como a trilha mais segura para verificar o nível de excelência de uma política pública. Ao ser incorporada à sua rotina, a avaliação pode fornecer subsídios para as tomadas de decisão e ações de um conjunto de atores interessados nesse processo. Desta forma, de insumo para mudanças que visam melhorar o desempenho de um programa na execução dos seus objetivos e metas previstas. O presente estudo tem por objetivo avaliar o Programa Segundo Tempo Universitário (PSTU) da Universidade Federal de Viçosa (UFV), a partir da análise dos objetivos propostos pelo ME para o PSTU; da eficácia e eficiência do convênio 159/2011; e dos impactos do programa no esporte universitário da UFV. Foi realizada uma pesquisa documental e entrevistas com os gestores da universidade. No tratamento dos dados, foi utilizada a Análise de Conteúdo. Os resultados apontam que o PSTU, na UFV, cumpriu parte considerável dos objetivos traçados pelo programa. No que tange à eficácia da política pública, superou as metas de atendimento e oferta de modalidades pactuadas. Quanto à eficiência, conseguiu aumentar o atendimento e manter a qualidade das intervenções. Após o término do convênio com o Ministério do Esporte (ME), a UFV desenvolveu o Programa Esporte e Lazer na UFV (PELU) no Campus de Viçosa, ação que busca dar continuidade ao oferecimento de modalidades esportivas na perspectiva do esporte educacional. Concluiu-se que o PSTU na UFV, foi uma política pública eficaz, atendendo majoritariamente as metas do ME, sendo eficiente e efetiva socialmente, deixando uma estrutura técnica para o desenvolvimento de outras ações com o mesmo objetivo na UFV.

Palavras-chave: Avaliação; Política pública; Esporte.

ABSTRACT: The evaluative process is the safest path when verifying the excellence level of a public politic. After incorporated to its routine, the evaluation can aid on decision making and actions of a group of concerned subjects in the process. They serve, then, as input to changes that focus on improve the performance of a program executing its goals and target foreseen. This study aimed to evaluate the Second Time University Program (PSTU) of the Federal University of Viçosa (UFV), using the analysis of the goals proposed from the ME to the PSTU; the efficiency and effectiveness of the covenant 159/2011; and the impacts of the program on the UFV's athletics and sports. Documentary research and interviews were conducted with leaders of the university. Content Analysis was used to deal with the data. The results show that the PSTU, at UFV, accomplished a reasonable part of the goals proposed. In respect to the effectiveness of the public politic, it accomplished and overcame the goals of service and offer of modalities. Considering the efficiency, it magnified and enhanced the service maintaining the quality of the interventions. After the conclusion of the covenant with the Sports Ministry (ME), UFV developed the Sports and Leisure Program at UFV (PELU) at Viçosa's campus, an action that tried to continue the service of sports modalities in the perspective of educational sport. In conclusion, PSTU at UFV was a efficient public politic, serving in majority the goals of the ME, being efficient and effective socially, leaving a technical structure for the development of other programs with the same purpose at UFV.

Key Words: Assessment; Public policy; Sport.

Introdução

Os debates sobre avaliação têm crescido nos últimos anos no campo das políticas públicas, em especial nos países recém-democratizados e em desenvolvimento, com destaque para àqueles da América Latina. Estes passaram por um processo de adoção de políticas restritivas de recursos públicos, o que implicou em maior controle sobre o dinheiro público. Assim, a avaliação das políticas públicas, torna-se aliada nesse processo, pois produz informação de qualidade e organizada sobre programas, políticas, ações e serviços¹.

Ao ser incorporada à rotina das políticas públicas, a avaliação deve fornecer subsídios para a tomada de decisão e ações de um conjunto de atores interessados. Dessa forma, pode servir de insumo para mudanças que visam melhorar o desempenho de um programa na execução dos objetivos e metas previstas. Configura-se o processo avaliativo como a trilha mais segura para verificar o nível de excelência de uma política pública².

O presente estudo posiciona-se no campo avaliativo da gestão pública, pois ele se consolida como um modelo mais organizado e utilizado na literatura brasileira. Este padrão apoia-se num mecanismo analítico, de grande valor didático, que distingue, por meio dos objetivos, das abordagens, dos métodos e das técnicas, três princípios avaliativos: a eficiência, a eficácia e a efetividade social³.

A avaliação da eficácia é seguramente o princípio mais utilizado nas políticas públicas brasileiras, por ser mais fácil e também menos oneroso. Apoia-se na necessidade de observar, após o término da ação, a coerência entre o que foi planejado e o que foi obtido. A eficácia permite a adequação dos meios escolhidos para o alcance dos objetivos propostos e leva em consideração se os instrumentos disponíveis foram realmente utilizados e se eram coerentes para o alcance dos resultados esperados^{4,5,3}.

Avaliar a eficiência de uma política corresponde à análise do custo-benefício para alcançar os objetivos dos programas, bem como otimizar os recursos empreendidos. E a efetividade indica se o projeto tem impacto no ambiente em que interveio – sejam eles técnicos, econômicos, socioculturais, institucionais e ambientais^{3,6}.

O PSTU, ação implementada de forma experimental em 2009 e efetivada em 2011, é uma política pública que tem como objetivo geral “democratizar o acesso a prática esportiva da comunidade acadêmica das universidades públicas, prioritariamente do corpo discente, promovendo a constituição de núcleos universitários do PST”⁷.

A perspectiva pedagógica do programa está pautada por múltiplas vivências no âmbito do esporte educacional, com ênfase no desenvolvimento de ações planejadas, inclusivas e lúdicas, com foco na vida ativa. Noutra dimensão, se estrutura a partir de atividades de ensino, pesquisa e extensão e amplia, sobremaneira, a participação da comunidade universitária na prática de esporte. Outro importante aspecto está relacionado à autonomia organizacional de seus núcleos, que, pautados pelas normas do PST, passam a fomentar a pesquisa científica e tecnológica, com base na formação de recursos humanos e qualificação da gestão, o que torna meta a difusão do esporte educacional como ferramenta de inclusão social dentro do ambiente universitário^{8,9,10}.

Com a promoção do esporte apenas na perspectiva do rendimento via A.A.A/LUVE¹, a UFV enxergou no convênio com o ME a oportunidade de oferecer aos seus discentes a possibilidade de prática esportiva na dimensão educacional, até então ausente, e obteve êxito no processo de seleção das propostas. A partir da aprovação, no ano de 2012, firmou-se em parceria com o ME, o convênio 159, que implementou o PSTU no Campus Viçosa, com o objetivo de criar espaços no âmbito acadêmico para a prática esportiva, orientada por docentes do curso de Educação Física da instituição e desenvolvida por monitores¹¹.

Assim, este trabalho se justifica a partir de três pilares. Com relação à UFV, pode contribuir para que a

¹ Associação Atlética Acadêmica LUVE/UFV (Liga Universitária Viçosense de Esportes): Responsabiliza-se pelo esporte de rendimento na universidade e tem como principal objetivo a difusão da prática esportiva em caráter competitivo, visando à representação da UFV em competições estaduais e nacionais.

instituição consiga, a partir deste olhar, qualificar projetos atuais ou futuros e fomentar a construção de uma política efetiva de esporte e lazer. Para o ME, configura-se como um auxílio no desenvolvimento do programa, diante da sinalização de acertos e falhas do convênio 159/2011. Por fim, contribui com o campo científico da pesquisa em avaliação de políticas públicas, que, no Brasil, carece de contribuições¹².

O objetivo deste estudo foi avaliar o PSTU da UFV, a partir da análise dos objetivos propostos pelo ME para o PSTU; da eficácia e eficiência do convênio 159/2011; e dos impactos do programa no esporte universitário da UFV.

Materiais e métodos

Tratou-se de uma pesquisa descritiva-exploratória, com abordagem qualitativa¹³. No determinante tempo, foi realizada uma avaliação *ex-post facto*, pois a análise foi feita a partir de um programa que teve início em maio de 2012 e o seu término em maio de 2016¹⁴.

A investigação apoiou-se em duas técnicas de coletas de dados. A primeira foi documental¹⁵, com a coleta dos relatórios de acompanhamento do PSTU, projeto técnico, plano de trabalho, planejamento pedagógico de núcleo e planejamento pedagógico do convênio.

Na segunda, por meio de amostragem não probabilística intencional¹⁶ foram selecionados 3 sujeitos que participaram de uma entrevista dirigida¹³, foram eles: Coordenador (a) Geral do PSTU, a Pró-Reitora de Assuntos Comunitários da UFV, à época da implantação do Programa, e a Reitora da UFV.

O estudo cumpriu todos os procedimentos legais, a partir de sua aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa com Humanos da Universidade de origem dos autores (protocolo nº 60831616.0.0000.5153 de 06/07/2017).

No âmbito da análise dos documentos e das entrevistas, foi utilizado o método da análise de conteúdo, respeitados seus três momentos: a pré-análise, fase em que o objetivo foi sistematizar e operacionalizar as ideias, selecionar os documentos e elaborar os indicadores para interpretação final; a exploração do material, em que foram codificadas e decompostas as mensagens; e a elaboração das interpretações e inferências como resultados¹⁷.

Resultados e discussão

A fim de responder aos objetivos deste trabalho, os resultados e discussão foram organizados em três polos de reflexão, originários nas categorias constituídas pelo processo de acervo¹⁷, a saber: a análise do cumprimento dos objetivos propostos para o PSTU no convênio; a eficácia e eficiência do PSTU-UFV; e os impactos empreendidos no esporte universitário da UFV, após o término do PSTU.

Programa Segundo Tempo Universitário e seus objetivos na UFV

No convênio 159/2011, firmado entre UFV e ME, foram implantados um núcleo de esporte educacional universitário em atendimento à comunidade universitária da UFV e um núcleo de esporte educacional para pessoas com deficiência em atendimento a crianças e adolescentes do município de Viçosa-MG¹¹. Para fins deste estudo foi avaliado apenas o núcleo universitário.

O núcleo analisado tinha como orientação o calendário didático, aprovado pela UFV, a fim de facilitar a inserção da prática esportiva nos horários dos acadêmicos, sejam os da graduação ou da pós-graduação. A estrutura física utilizada pelo programa era, majoritariamente, àquelas disponíveis no Departamento de Educação Física da UFV, incluindo, dessa forma, três quadras externas, um ginásio poliesportivo, um pavilhão de ginástica, três quadras de tênis e uma academia de musculação.

Durante o processo de implantação do PSTU na UFV, a divulgação foi feita à comunidade universitária a partir da confecção e divulgação de folders, do portal institucional da UFV, da confecção e colagem de cartazes e dos plantões

específicos no DCE Piscina². Além destas ações, foi realizada uma manhã de lazer, no dia 12 de maio de 2012, para o lançamento oficial e confirmação das inscrições dos beneficiados.

Em atendimento às características do PSTU, a Universidade, por meio da sua Divisão de Esportes e Lazer (DLZ), definiu que as vagas seriam distribuídas para acadêmicos regularmente matriculados na UFV. A instituição conveniada acrescentou a prioridade aos acadêmicos em vulnerabilidade socioeconômica, conforme os critérios estabelecidos pelo Serviço de Bolsa da Pró-reitoria de Assuntos Comunitários (PCD), para se inscrever no programa¹¹.

Notou-se, a partir da análise da Figura 1, que, mesmo não existindo distinção de vagas para estudantes da graduação (ingressantes ou veteranos) e, ou, pós-graduação, o programa recebeu maior participação do primeiro grupo. No *campus* Viçosa, verificou-se um número muito maior de acadêmicos da graduação, 10.596, em contraponto ao de pós-graduação, 4.572, elemento que pode subsidiar tal característica entre os participantes¹⁸.

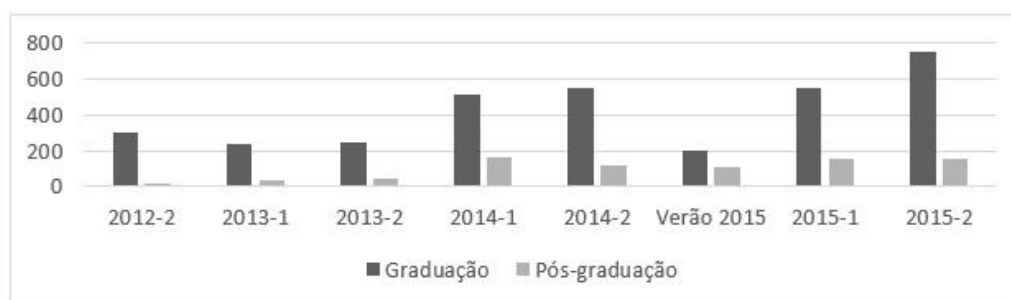


Figura 1. Distribuição dos beneficiados por modalidade acadêmica³.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Sobre a maior participação de estudantes de graduação, constatou-se, na fala do gestor 2, que o programa recebeu um olhar especial da administração para dar oportunidade ao aluno ingressante ou ao com pouco tempo na instituição. O objetivo central foi o envolvimento dos alunos em ações extracurriculares ofertadas pela UFV, o que pode facilitar a adaptação e permanência do mesmo, conforme o relato a seguir:

[...] primeiro, ele envolve o estudante de graduação, ele envolve a oportunidade do estudante que está chegando participar. Muitas vezes você tem programas que é para o aluno que já está finalizando, quando ele já interagiu com a universidade, porque ele vai participar da LUVe, das atléticas, ou outros esportes, mas ele precisa de um tempo para conhecer isso, é natural né. O PST não, ele é feito por estudantes da universidade – é um outro fator importantíssimo, profissionais que conhecem a instituição – e que nós demos o aspecto de envolver alunos do início, então isso foi um programa muito diferenciado (SIC) (GESTOR 2).

Os projetos sociais esportivos do Governo Federal, como o PST e o PELC, focalizavam a vulnerabilidade social e econômica como forma de direcionar as ações a determinado público¹⁹. Assim, este elemento foi um critério prioritário para matrícula no PSTU da UFV. No entanto, não houve predominância dos beneficiados nessa situação, como visto na Figura 2.

Os dados da Figura 2 podem ser justificados pela quantidade de vagas ofertadas pelo convênio, elemento que equacionou a relação de demanda e oferta, e conseguiu atender majoritariamente aos que desejavam participar sem precisar dos critérios de seleção dos inscritos.

A prática de atividade física no lazer, seja entre adolescentes ou adultos, carrega conexão com diversos fatores, e o sexo é um deles. Estudos feitos com estes públicos^{20,21} apontaram para um domínio masculino, em comparação ao feminino.

² Sede social do Diretório Central dos Estudantes da UFV, local onde os alunos se reúnem durante os intervalos e ao final das aulas.

³ Como o Programa foi descontinuado pelo Ministério do Esporte em maio de 2016, em razão do contingenciamento de recursos do Governo Federal, alguns dados referentes a esse último período específico não foram incluídos nos documentos oficiais do convênio.

Tal forma que, no PSTU-UFV, a identificação do sexo também foi levada em conta no momento de se estruturarem as vagas, com a reserva de 50% para mulheres e 50% para homens, se necessário¹¹.

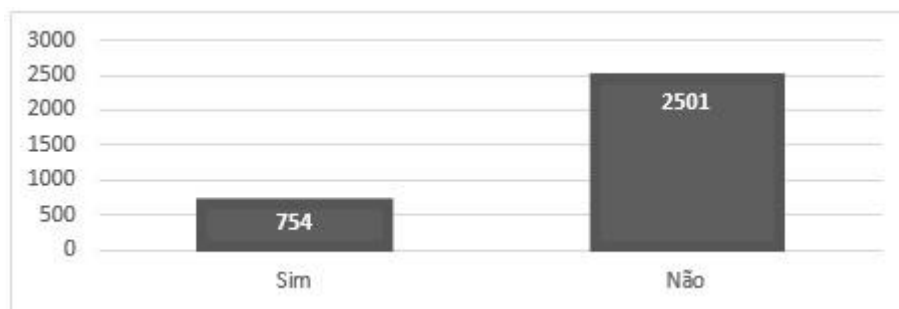


Figura 2. Total de beneficiados inscritos no PSTU-UFV e que recebiam Bolsa de Assistência Estudantil.
Fonte: Elaborada pelos autores.

No entanto, observou-se um comportamento diferente no convênio 159/2011. As participantes mulheres foram 54% do público total e os homens 47%. Rall²², ao tratar desta questão, sinaliza que este movimento pode trazer conexão com questões particulares, como a cultura local e os hábitos laborais desses sujeitos.

Quanto ao objetivo de oferta e diversificação de práticas esportivas educacionais, para atender às necessidades de formação e ao desenvolvimento esportivo de recreação e lazer, o que pode resgatar e elevar a cultura corporal⁷, o PSTU-UFV inseriu em seu Planejamento Pedagógico do Convênio (PPC) 20 modalidades esportivas, entre individuais e coletivas.

A organização proposta pelo PPC divide as modalidades em esportes com raquete: tênis e badminton; esportes individuais e aquáticos: atletismo, natação, tênis de mesa e peteca; esportes cognitivos: xadrez, dama e sudoku; esportes de lutas: judô, capoeira, jiu-jitsu, karatê e MMA; esportes coletivos: futsal, futebol, voleibol, basquetebol, handebol e goalball²³, sempre ofertados em turmas mistas. As ações implementadas no núcleo universitário eram divididas em “atividades esportivas”, organizadas em turmas com aulas duas vezes por semana; e “atividades complementares”, que ocorriam uma vez por mês, aos sábados. Estas eram abertas aos beneficiados inscritos, comunidade viçosense e acadêmicos da UFV em geral, com a função precípua de ofertar aos participantes práticas que não estavam contempladas nas atividades esportivas⁴⁽²³⁾.

Cabe destacar que nem todas as modalidades inseridas no PPC foram ofertadas aos beneficiados, uma vez que tais práticas foram oferecidas de acordo com os levantamentos feitos com os participantes⁷ (Figura 3).

Na Figura 3, observa-se o interesse dos beneficiados nas modalidades esportivas disponibilizadas. Foi possível notar que, durante o funcionamento do programa, modalidades como tênis, voleibol e natação receberam uma procura expressiva por parte dos beneficiados em contraponto às práticas “tradicionais” – futebol, handebol, basquete. Os esportes com maior demanda, foram àqueles que comumente não são ofertados gratuitamente e outros que, historicamente, possuem forte busca por prática na instituição, caso do voleibol.

Esse levantamento era feito no ato da inscrição, e o beneficiado poderia escolher mais de uma opção. A partir dele, a coordenação pedagógica organizava a abertura das turmas, com o objetivo de contemplar, ao máximo, os interesses dos participantes.

⁴ Informações encontradas no blog do PSTU-UFV. Disponível em: <<http://pstufv.blogspot.com.br/>>. [2017 jul 3].

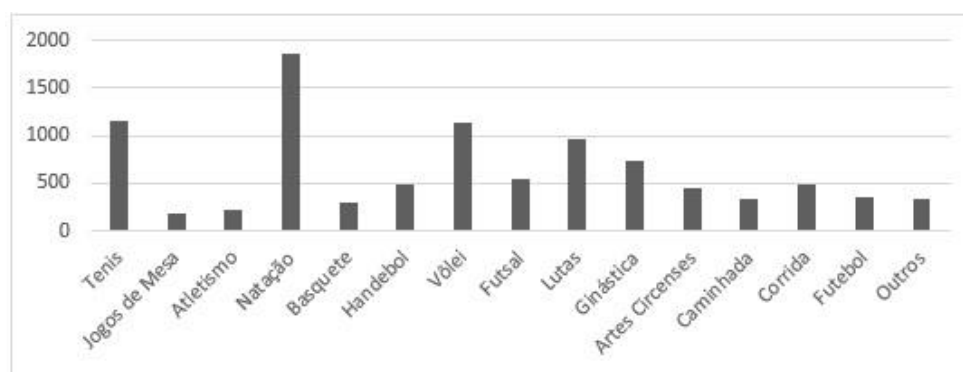


Figura 3. Interesse dos beneficiados do PSTU nas modalidades esportivas ofertadas.
Fonte: Elaborada pelos autores.

Com a finalidade de corresponder ao desejo do PSTU, de inserir o esporte como ação transversal no projeto pedagógico da IES, oferecendo oportunidade de estágios aos estudantes da área da Educação Física e Esporte⁷, o núcleo universitário da UFV propôs em seu projeto técnico, que “o coordenador geral, coordenador pedagógico e monitor de esporte seriam acadêmicos vinculados à instituição, cursando pós-graduação e graduação em Educação Física/Esporte”¹¹. Tal característica do PSTU-UFV foi destacada como um ponto positivo pelos gestores institucionais, como pode ser visto a seguir:

[...] Felizmente nós conseguimos excelentes profissionais né, mestrandos, um grupo muito sério [...] e assim todas as modalidades propostas puderam ser implementadas, tivemos uma boa adesão dos alunos (GESTOR 2).

[...] Um outro ponto importantíssimo é a oportunidade que os nossos alunos[...] tem de trabalhar num programa, bem estruturado, fazer planejamento, fazer todo um acompanhamento da sua aula, ver o resultado daquela aula, mudar aquela aula, aquela atividade (GESTOR 3).

De acordo com os gestores, oportunizar aos acadêmicos da própria instituição a experiência em conduzir o programa pode trazer um complemento positivo ao processo de formação inicial desses agentes. Pois, além das formações e do acompanhamento das Equipes Colaboradoras (EC), estes coordenadores e monitores trabalhavam cotidianamente com a supervisão local dos coordenadores institucionais, professores vinculados à UFV que acompanhavam a execução da proposta.

Essas EC's participavam desde a concepção da filosofia do programa até a presença e avaliação efetiva das ações cotidianas dos núcleos. Elas tinham por objetivos potencializar e qualificar as intervenções, sejam elas na dimensão administrativa ou pedagógica e contavam com profissionais ligados a 33 IES espalhadas por todo Brasil, em sua maioria mestres e doutores ligados à área da Educação Física e do Esporte²⁴.

Os coordenadores e monitores do PSTU-UFV incluíam em sua carga horária semanal: reuniões pedagógicas, com objetivo de discutir as demandas e problemáticas que surgiam durante as intervenções; e grupos de estudos, para discussão de temas não apenas ligados ao PSTU, mas também que promovessem a integração com outras áreas de pesquisa e disseminação tecnológica.

Ao final de cada semestre letivo, todo o grupo participava da formação para o aprofundamento dos recursos humanos sobre as diretrizes do PST e o planejamento pedagógico do semestre seguinte, com a participação de professores convidados da UFV e demais instituições de ensino da região^{23,11,25}.

Quanto ao objetivo específico de “incentivar a articulação com as atividades de ensino, pesquisa e extensão”⁷, o convênio 159/2011 revelou uma fragilidade no âmbito da pesquisa, pois apresentou um baixo volume de produção acadêmica relacionado ao PSTU-UFV. A produção realizada pelo núcleo consta, apenas, de resumos em anais de

congresso, como visto na Tabela 1.

Tabela 1. Produção acadêmica do PSTU-UFV no período de vigência do convênio (2012-2016).

Título ⁵	Autor/Ano
PSTU na Universidade Federal de Viçosa	BRUM TR <i>et al.</i> (2013)
A educação para o lazer no PSTU – relato de experiência na modalidade voleibol.	MARTINS LLG <i>et al.</i> (2014)
Relato de experiência: intervenção pedagógica no PSTU da modalidade basquetebol.	SILVA RP <i>et al.</i> (2014)
O bandminton como alternativa de lazer para estudantes universitários por meio do PSTU.	CALDAS LRR <i>et al.</i> (2014)
Auto avaliação do estado de saúde de estudantes universitários participantes de atividades esportivas.	MARTINS LLG, <i>et al.</i> (2015)

Fonte: o autor (2017), a partir dos Anais do SIA-UFV.

Tal apontamento pode encontrar respaldo na distribuição das horas de trabalho dos monitores, com ênfase nas atividades práticas de intervenção, 12 horas semanais. O restante das horas era distribuído em duas horas para reuniões, duas horas de grupo de estudo e quatro horas de planejamento. Desse modo, a produção acadêmica, que exige tempo e dedicação, foi colocada em segundo plano no confronto com as atividades de ensino e extensão²⁵.

No âmbito do ensino, o programa era reconhecido pelo DES como espaço para realização do estágio obrigatório do Bacharelado em Educação Física, e serve aos monitores de esporte como forma de cursar a disciplina EFI 498 (Estágio Acadêmico). Nesta disciplina, o acadêmico deve ter uma experiência pré-profissional, colocando-o em contato com a realidade de sua área de atividade¹⁸.

A partir da análise das diretrizes do PSTU e das ações implementadas pelo convênio 159/2011, observou-se que o núcleo universitário da UFV buscou, durante o tempo de execução, andar alinhado com o ME, e cumpriu as ações propostas.

Programa Segundo Tempo universitário: metas e recursos

A estrutura do programa na UFV era composta, segundo as diretrizes, por um coordenador geral pedagógico e três monitores esportivos, com a meta de atendimento estabelecida em 300 beneficiados. Porém, logo após o início das atividades do núcleo, foi solicitado ao ME a disponibilização de um coordenador pedagógico, e o convênio teve o pedido atendido.

Na Figura 4, observa-se o volume de inscrições durante o primeiro ciclo de atendimento (2012-2014), em comparação com o que foi planejado com o Ministério.

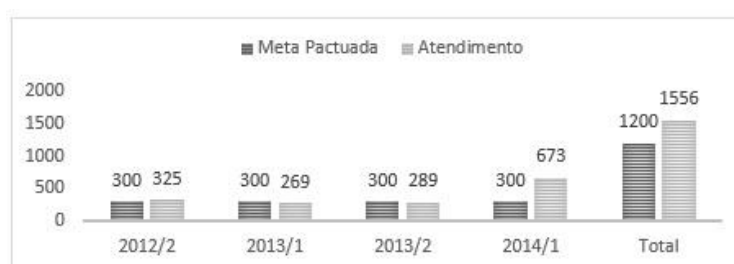


Figura 4. Número de inscritos por período no PSTU-UFV no 1º ciclo de atendimento.

Fonte: Elaborada pelos autores.

As ações de implementação foram iniciadas como previsto no cronograma, com a efetivação das atividades para divulgar o programa e o recrutamento de beneficiados. No entanto, a partir da contratação dos monitores:

[...] iniciou o processo de deflagração da greve na UFV. E nesse processo de deflagração da greve ficou tudo muito atropelado, porque em maio foi decretado greve geral, sendo que estava tendo paralisações e nessas paralisações os alunos já não estavam frequentes. Aí o que que decidiu-se, suspender as atividades do programa, conversar com os monitores que não iria pagar bolsa e os coordenadores estariam trabalhando na parte de implementação – porque tinha toda a burocracia que não foi feita, que era o projeto pedagógico do programa, o plano de trabalho, as placas de identificação visual, os relatórios de implementação que tinha que ser enviado ao ME, isso tudo tinha que ter tido 3 meses e na verdade como foi atropelado não teve (SIC) (GESTOR 1).

Especificamente no primeiro semestre de atendimento, apesar dos dados sinalizarem para o alcance e a superação da meta planejada entre ME e UFV, o Gestor 1 aponta que a greve dificultou o recrutamento dos beneficiados. Pois foi necessário “iniciar um novo processo [após a greve] de divulgação para recrutar beneficiados e, mesmo assim, a gente não conseguiu muitos, principalmente pela carga horária” (GESTOR 1).

Quando se obteve a ordem de início para atendimento ao público, outro aspecto que corroborou para o baixo número de inscritos nos primeiros semestres foi a estrutura de horários propostas pelo convênio. O PSTU foi organizado, inicialmente, com aulas concentradas em dois dias da semana (quarta-feira e sábado), nos mesmos horários, e existiam apenas nove turmas, compostas obrigatoriamente por duas modalidades – uma coletiva e uma individual¹¹, conforme pode ser visto no relato a seguir:

[...] a administração, naquele momento, entendia que as aulas tinham que ser oferecidas 2 vezes por semana concentrados, quarta e sexta [sábado]. Aí nisso foi um processo complicado por causa dos horários da graduação. Então, em alguns momentos, assim, a pouca flexibilidade em compreender a dinâmica que é o programa, contribui para isso. Tanto é que nos semestres seguintes, a gente conseguiu essa flexibilidade de horários, de implementar e foi aí que nós conseguimos mais beneficiados (GESTOR 1).

Ao final de cada semestre de atendimento, como mecanismo de acompanhamento da execução da proposta pelo ME, eram realizadas avaliações com os beneficiados e monitores sobre o desenvolvimento das atividades do núcleo. A partir da análise desses relatos, que fizeram parte do 2º Relatório de Acompanhamento, agrupados na Figura 5, é possível perceber que estas avaliações corroboram com as afirmações anteriormente citadas para justificar a dificuldade do convênio 159/2011 em preencher todas as vagas disponíveis e cumprir a meta com o ME.

Beneficiados	Monitores
“Não ser contínuo. A cada semana temos atividades diferentes e isso atrapalha no aprendizado, pois quando começamos a nos adaptar à determinada atividade, na semana seguinte muda-se a modalidade.”	“Apesar de toda estrutura e funcionamento do Programa, a greve foi um fator que prejudicou uma sequência das atividades e, com isso, acarretou certa evasão dos alunos nas aulas, pois, apesar de todas as turmas estarem com número máximo de alunos, poucos deles frequentam efetivamente as aulas.”
“Pouca disponibilidade de dias na semana, ficando restrito apenas a opção de quarta e sábado.”	“Impor” algumas modalidades esportivas.”
“Poucas opções de horário.”	“Dias restritos.”

Figura 5. Avaliações do 2º. Relatório de Acompanhamento PSTU-UFV.
Fonte: 2º Relatório de Acompanhamento (2013).

Ao final do terceiro semestre de funcionamento do programa (2013/2), a coordenação administrativa e pedagógica do convênio, a partir do *feedback* fornecido pela avaliação dos beneficiados e das EC's, reestrutura a parte pedagógica do núcleo e, para tal, apoia-se no item 11, subitem 11.1 das diretrizes do PSTU⁷:

[...] a Universidade fica responsável pelo levantamento das demandas em relação às atividades e aos horários para se adequar aos interesses do público alvo. Com o levantamento da demanda e a disponibilidade das instalações físicas devem ser definidos os horários e as atividades, permanecendo o mínimo de atendimento de 1h30min, duas vezes por semana, para cada beneficiado.

Assim, com a ciência do ME, o PSTU-UFV estabeleceu 16 turmas, distribuídas nos períodos matutino, vespertino e noturno, com aulas duas vezes por semana, com duração de 1h30, contemplando futsal, basquetebol, voleibol, handebol, futebol society, natação, tênis, ginástica, musculação, peteca e badminton²⁶.

Essas alterações foram justamente para diversificar os horários de atendimento das turmas e derrubar a exigência do beneficiado em fazer, obrigatoriamente, uma modalidade individual e outra coletiva ao se matricular. Como reflexo dessas mudanças, o quarto semestre (2014/1) de vigência apresentou um crescimento de 125% no volume de atendimento, utilizando-se como referência a meta planejada.

Assentados nessa melhoria do atendimento aos beneficiados e nas avaliações positivas obtidas a partir do 2º. RA, a UFV solicitou, por meio do Ofício 0045/2014, a suplementação de recursos do ME para a continuidade do Programa e obteve, em abril de 2014, a sinalização positiva para sua demanda. De tal modo que a SNELIS⁵ suplementou recursos para o funcionamento do PSTU por mais 22 meses, a contar do mês de setembro de 2014.

Nesse período pós-suplementação de recursos, o PSTU-UFV manteve a trilha de crescimento do atendimento aos beneficiados apresentado no semestre 2014/1, o que resultou em desempenho positivo, ao se comparar com a meta pactuada com o Ministério, conforme pode ser visto na Figura 6.

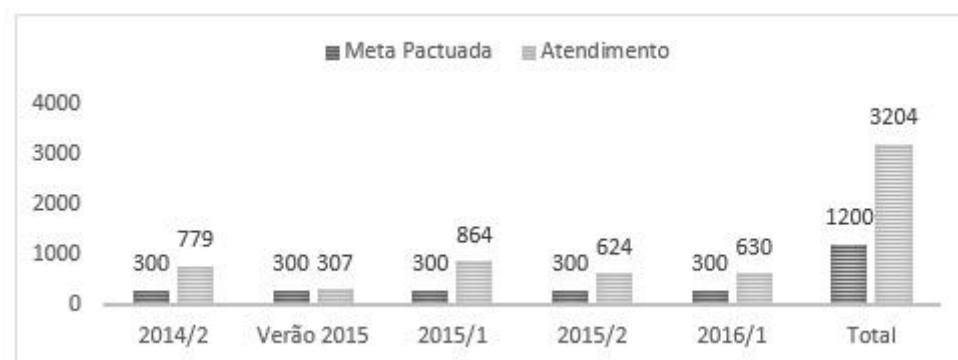


Figura 6. Número de inscritos por período no PSTU-UFV no 2º ciclo de atendimento.
Fonte: Relatórios de acompanhamento do PSTU-UFV.

A suplementação trouxe, também, como contrapartida, o fornecimento de três bolsas por parte da UFV, com o objetivo de ampliar a equipe e expandir a oferta de vagas, como afirmou o gestor 3.

[...] E ele começou de uma forma tão robusta que foi necessário até aumentar “né”; além daquilo que nós ganhamos lá por monitores, material esportivo, etc., nós aumentamos o número de instrutores porque as demandas para as atividades foram muito grandes (SIC). Da própria universidade, nós suplementamos porque a adesão ao programa foi muito grande. Então foi um PST com recurso do ME, mas, ao mesmo tempo, a gente acrescentando (SIC) um pouco mais para ampliar principalmente mais monitores.

⁵ Secretaria Nacional de Esporte, Lazer e Inclusão Social (SNELIS).

Após as modificações estruturais implementadas, ao se analisar as avaliações feitas no final do primeiro semestre pós-suplementação de recursos (2014/2), pode-se notar no relato dos beneficiados uma mudança positiva com relação ao desenvolvimento das atividades do núcleo (Figura 7), elemento que dialoga com o movimento crescente no número de atendimentos durante o segundo ciclo (2014/2 a 2016/1). Esta mudança não significou o fim de determinadas limitações do programa, porém, gerou uma adequação das ações aos principais interesses do público alvo.

Relato dos Beneficiados	
Pontos positivos do PSTU-UFV	Pontos negativos do PSTU-UFV
“Permitir de forma ampla, gratuita e acessível a aprendizagem de várias modalidades esportivas.”	“Mudança dos horários todos os semestres”.
“Vários horários e dias da semana disponíveis para adaptar aos meus horários facilmente.”	“Algumas vezes seria necessária a ajuda de mais de um monitor para as práticas”.
“Ter excelentes monitores, horários flexíveis e ser gratuito”.	“Falta de quadra coberta; não flexibilidade em relação a assistir aula em outra turma.”
“Introduz o lazer àqueles que não possuem condições financeiras de praticar uma atividade física (SIC)”.	“A margem para faltar as aulas é pequena. Em semanas de provas da universidade a frequência nas aulas se torna difícil (SIC)”.
“Práticas de esportes sem fim competitivo; interação de pessoas de diversos cursos; oportunidade de aprender um novo esporte.”	“[...] não poder participar de mais de uma atividade. E ser só duas vezes por semana (SIC)”.

Figura 7. Avaliações do 3º. Relatório de Acompanhamento PSTU-UFV.
Fonte: 3º Relatório de Acompanhamento (2014/2).

A análise da eficácia, ou seja, a verificação do alcance das metas propostas²⁷ do PSTU no convênio 159/2011 com a UFV pode ser considerada positiva, haja vista que as metas foram atingidas e superadas com os mecanismos e instrumentos oferecidos pelo ME.

A eficiência é um objetivo democrático, pois ao implementar uma política o governo está investindo um recurso público e, por isso, um importante critério a ser analisado no cumprimento dos objetivos deste estudo^{27,28}. Assim, para observar a eficiência no processo de execução do PSTU-UFV, foi necessário analisar os recursos disponibilizados pelo ME no desenvolvimento do programa e o número de atendimento, como pode ser visto na Tabela 2.

Tabela 2. Recursos disponibilizados pelo ME no primeiro ciclo de atendimento (2012/2-2014/1).

Especificação	Período de atuação	Valor descentralizado	Meta pactuada de atendimento	Beneficiados atendidos no período
1 Coordenador Geral	26 meses	R\$ 31.200,00	1.200	1556
3 monitores de Esporte	26 meses	R\$ 31.050,00		
1 Coordenador Pedagógico	22 meses	R\$ 26.400,00	300 beneficiados por semestre	
Materiais esportivos	26 meses	R\$ 20.000,00		
TOTAL		R\$ 108.650,00		

Fonte: Plano de trabalho do PSTU-UFV.

Nesse primeiro ciclo de desenvolvimento da ação, os coordenadores geral e pedagógico possuíam remuneração mensal de R\$ 1.200,00; e monitores, R\$ 400,00. Diante deste valor total investido, somando-se o custeio de pessoal e o

de material, com relação à meta para um núcleo-padrão de esporte educacional, o custo por beneficiado no primeiro ciclo (2012/2 a 2014/1) seria R\$ 90,54. No entanto, as medidas adotadas pelo convênio 159/2011, com vistas a expandir e qualificar o atendimento, permitiram que este valor fosse reduzido para R\$ 69,82.

O segundo ciclo de desenvolvimento da ação trouxe, na descentralização de recursos, uma readequação nos valores disponibilizados pelo Ministério, como observado na Tabela 3.

Tabela 3. Recursos disponibilizados pelo ME no segundo ciclo de atendimento (2014/2-2016/1).

Especificação	Período de atuação	Valor descentralizado	Meta pactuada de atendimento	Beneficiados atendidos no período
1 Coordenador Geral	22 meses	R\$ 52.800,00	1.200	3.204
1 Coordenador Pedagógico	22 meses	R\$ 52.800,00		
3 Monitores de Esporte	22 meses	R\$ 49.500,00	300 beneficiados por semestre	
3 Monitores de Apoio – UFV	22 meses	R\$ 26.400,00		
Materiais Esportivos	22 meses	R\$ 3.300,00		
TOTAL		R\$ 184.800,00		

Fonte: Plano de trabalho do PSTU-UFV.

A partir dessa readequação de valores para o segundo ciclo de atendimento do PSTU-UFV, os coordenadores geral e pedagógico passaram a receber R\$ 2.400,00; os monitores de esporte do ME, R\$ 750,00; e os monitores de apoio fornecidos pela UFV, R\$ 400,00. Nessa suplementação de recursos, destacou-se a queda no valor investido pelo Ministério com a rubrica de aquisição de materiais esportivos, desconsiderando, nesse aspecto, o crescimento no atendimento aos beneficiados e sinalizando para um maior compartilhamento das responsabilidades do programa com a Instituição conveniada – a UFV.

No segundo ciclo, se o convênio 159/2011 atendesse à faixa compreendida pela meta planejada (1.200 beneficiados), o valor investido por aluno seria R\$ 102,00. Porém, a partir das alterações citadas anteriormente e com a colaboração da instituição conveniada, o atendimento foi expandido e a meta superada em 167%, reduzindo, dessa forma, o valor por aluno para R\$ 57,67.

Na análise dos recursos envolvidos no desenvolvimento do PSTU-UFV, houve um investimento de R\$ 267.400,00 descentralizados pelo ME e R\$ 26.400,00 investidos por parte da UFV, concretizando 4.760 atendimentos aos acadêmicos, durante oito semestres ininterruptos de funcionamento.

Assim, é possível avaliar, positivamente, o PSTU-UFV no que tange ao aspecto de sua eficiência, pois notou-se que os investimentos com o convênio foram aplicados nos compromissos firmados na dinâmica de racionalização do investimento público, elemento fundamental em uma política pública, quando se observa uma forte crise fiscal do Estado^{27,28}.

O impacto do PSTU na Universidade Federal Viçosa

Com o término da vigência do convênio 159/2011, que estabelecia o PSTU na UFV, a PCD, por meio da sua DLZ, buscou com a administração superior da Universidade formas de financiamento para a continuidade das ações sistemáticas de esporte e lazer. Assim, sustentados pelo *know-how* deixado pelo ME, foi constituído o Programa de Esportes e Lazer na UFV (PELU), entendido pelos gestores como uma sequência do que foi feito pelo PSTU, conforme

relatos:

[...] Na perspectiva que ele vem com uma proposta de [...] dar a estrutura que as universidades necessitam ou necessitavam para estar implantando ações de esporte e de lazer para os estudantes das universidades e isso tem um impacto enorme na questão da evasão e da retenção né. [...] E hoje sem o recurso do Segundo Tempo, mesmo assim a universidade continua fazendo algumas ações de esporte e lazer, dentro da proposta do PSTU (GESTOR 2).

[...] Então nós estamos fazendo um programa similar através da PCD e da DLZ, onde nós estamos com alguns monitores – não com aquele número enorme que a gente tinha o financiamento – mas estamos com alguns monitores oferecendo atividade esportiva para os nossos estudantes. Na mesma sistemática, quer dizer isso foi um legado maior, um legado muito grande, porque quer dizer que passou e que foi boa (SIC). Quando a DLZ dentro da PCD ela coordenou esse projeto, ela também teve um aprendizado e isso foi um legado que nós fizemos e elaboramos um programa, um mini programa PST aqui dentro. (GESTOR 3).

As atividades, bem como no PSTU, são ministradas por sete monitores de esportes, acadêmicos do curso de Educação Física da própria Universidade, um coordenador pedagógico com formação superior na área e a coordenação geral fica sob a responsabilidade da DLZ. Uma característica diverge do PSTU para atender a um objetivo da UFV, os acadêmicos que estão chegando à instituição, no 1º ano letivo têm prioridade pelas vagas.

O PELU oferece aulas duas vezes por semana, em diferentes dias e horários, contemplando 19 turmas, distribuídas nas seguintes modalidades: boxe chinês, corrida/caminhada orientada, dança, defesa pessoal, futebol society, futsal, handebol, peteca, tênis de mesa, natação e vôlei.

No que tange a estrutura administrativa e pedagógica, o PELU também continua com a proposta do PSTU. Portanto, coordenadores e monitores realizam formações sobre o esporte e áreas correlatas, possuem tempo e espaço para planejamento das intervenções e discussões pedagógicas sobre as dificuldades encontradas na ação docente. O esporte é trabalhado nas aulas a partir da perspectiva educacional, preservando os pilares da não seletividade e hipercompetitividade.

Estão inscritos no programa 506 beneficiados. Segundo a DLZ, apesar de existir a demanda pela abertura de novas turmas, estas não foram criadas em razão da restrição de espaços físicos disponíveis para prática dessas modalidades.

O PST, tido como a maior política pública de esporte e lazer em número de atendimentos no Brasil²⁹, tem como valiosa a autogestão após o fim de seus convênios, seja nas municipalidades brasileiras, nos estados, nas universidades ou nas organizações não governamentais (ONG)³⁰. Com essa compreensão, o ME justifica, até certo ponto, o fato do programa ser celebrado por meio de convênios com duração média de 22 meses, com apenas uma possibilidade de suplementação, caso da UFV.

Tomando como base o quanto foi importante o PSTU na UFV, é preciso destacar que ações desta natureza sejam continuadas nas universidades públicas do país. No entanto, a restrição orçamentária atual do Governo Federal pode ser uma ameaça ao desenvolvimento de programas como este, principalmente ao se observar o orçamento das IES, que frequentemente enfrentam dificuldades para cumprir com os seus compromissos básicos, impossibilitando-as de financiar programas desta natureza.

Considerações finais

O PSTU na UFV cumpriu os objetivos quantitativos traçados pelo ME nas diretrizes estruturantes do programa e oportunizou aos acadêmicos da UFV a prática de modalidades coletivas e individuais na perspectiva do esporte educacional. Os documentos indicaram, no entanto, que o convênio poderia ter atuado de forma mais consistente nas questões relacionadas à articulação entre ensino, pesquisa e extensão, e sinalizou para uma sobrecarga de atividades

relacionadas ao ensino e à extensão.

No que tange à eficácia da política pública, notou-se que o PSTU-UFV cumpriu e superou todas as metas de atendimento e oferta de modalidades pactuadas com o ME, mesmo enfrentando dificuldades estruturais na fase inicial de implementação do núcleo. Quanto à eficiência, a partir de ações planejadas e com o auxílio efetivo da instituição conveniada no estabelecimento de contrapartidas, conseguiu aumentar o atendimento e, naturalmente, reduzir o custo por beneficiado. Assim, com o mesmo valor disponibilizado, atendeu mais beneficiados.

No entanto, é relevante discutir alguns elementos fundamentais ao se estruturar uma política pública de esporte e lazer para universitários no Brasil. O currículo e o processo formativo dos cursos superiores no país têm que ser repensados; os espaços e os equipamentos têm que estar disponíveis para realizar as ações; e a capacidade das IES em financiar os programas e iniciativas de esporte e lazer.

Para além desses aspectos, seria importante que, a partir da experiência positiva do PSTU, a Universidade convide a comunidade universitária para construir coletivamente uma política de esporte e lazer dentro da UFV, a fim de buscar fontes sólidas de financiamento para desenvolver ações e também expandir os espaços esportivos disponíveis, bem como apresentar uma resposta efetiva ao acesso dos direitos sociais.

Os resultados da pesquisa contribuem para o campo acadêmico da avaliação de políticas públicas de esporte no Brasil, a partir do momento que destaca a importância de acompanhar o desenvolvimento de ações desta mesma natureza, que desejam garantir o atendimento da comunidade universitária com os direitos sociais do esporte e lazer. A pesquisa contribuiu ainda para a implementação de programas esportivos em outras IES, que, a partir das experiências da UFV, possam qualificar suas ações e, ou, implementar programas de natureza semelhante.

Sobre as limitações do estudo, pode-se apontar a dificuldade em aproximar-se qualitativamente do fenômeno, tendo em vista que as avaliações e relatórios enviados ao ME valorizam em excesso os dados quantitativos que emergem do período de execução do convênio.

É importante salientar que o artigo não desejou esgotar as avaliações e análises possíveis de serem realizadas em uma política pública como o PSTU-UFV, mas, a partir dos instrumentos utilizados, observar questões relevantes ao desenvolvimento de programas, o que serve de subsídio para o aperfeiçoamento e a valorização da proposta.

Referências

1. Souza C. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. Sociol. 2006; 8(16): 20-45.
2. Vaistman J, Paes-Sousa R. Avaliação de programas e transparência da gestão pública. In: Franzese C *et al.* (org.). Reflexões para Ibero-América: Avaliação de Programas Sociais. Brasília: Enap; 2009.
3. Silva DS. Intersetorialidade, descentralização e empreendedorismo na gestão pública de esporte e lazer no estado do Espírito Santo [Dissertação de Mestrado]. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo – UFES; 2012.
4. Dodó AM. O esporte como meio de inclusão social: avaliação da efetividade do Programa Segundo Tempo [Dissertação de Mestrado]. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará – UFC; 2016.
5. Dulci OS. Avaliação de programas sociais: desafios e potenciais na construção de um sistema de informações. Cad. de Est. Des. Soc. em Deba. 2012; (13): 221-237.
6. Costa FL, Castanha JC. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. Rev. de Adm. Púb. 2003; 37(5): 969-92.
7. Brasil. PST Universitário – Diretrizes e Procedimentos. Brasília: Ministério do Esporte; 2011.
8. Domingos PV. O Programa Segundo Tempo Universitário. In: Silva BO, Domingos PV (Orgs.). Os projetos especiais do Programa Segundo Tempo (2013-2014): ampliando a inclusão social por meio do esporte educacional. Porto Alegre: Coleção Grecco; 2014. p. 13-15.
9. Kravchychyn C. Projetos e programas sociais esportivos no Brasil: histórico, estado da arte e contribuições do Programa Segundo Tempo [Tese de Doutorado]. Maringá: Universidade Estadual de Maringá – UEM; 2014.
10. BRASIL. Ministério do Esporte. Programa Segundo Tempo Universitário – Diretriz. Brasília: 2016.

11. Universidade Federal de Viçosa. Projeto Técnico do Programa Segundo Tempo Universitário da Universidade Federal de Viçosa. Viçosa: Divisão de Esportes e Lazer; 2011.
12. Menicucci T. Políticas de esporte e lazer: o estado da arte e um objeto em construção. In: Isayama H, Linhares M (Orgs). Avaliação de políticas e políticas de avaliação: questões para o esporte e o lazer. Belo Horizonte: UFMG; 2008.
13. Richardson RJ; Peres JAS. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas; 2012.
14. Sano H, Montenegro Filho MJF. As técnicas de Avaliação da Eficiência, Eficácia e Efetividade na Gestão Pública e sua Relevância para o Desenvolvimento Social e das Ações Públicas. Des. em Ques. 2013; 11(22): 35-61.
15. Sá-Silva JR, Almeida CD, Guindani JF. Pesquisa Documental: pistas teóricas e metodológicas. Rev. Bras. de Hist. e Ciên. Socia. 2009; 1(1): 1-15.
16. Mattar F. Pesquisa de marketing. 2. ed. [S.l.]: Atlas; 2006.
17. Bardin L, Reto LA, Pinheiro A. Análise de Conteúdo. São Paulo: Edições 70; 2012.
18. Universidade Federal de Viçosa. Graduação - Número de Matriculados e Diplomados, por Área, Curso e Sexo - Campus Viçosa - 1º e 2º Semestres de 2017. Viçosa: Pró-reitoria de Planejamento e Orçamento; 2017.
19. Silva DS, Borges CNF, Amaral SCF. Gestão das políticas públicas do Ministério do Esporte do Brasil. Rev. Bras. de Edu. Fís. e Esp. 2015; 1(29): 65-79.
20. Salles-Costa R, Heilborn ML, Werneck GL, Faerstein E, Lopes CS. Gênero e prática de atividade física de lazer. Cad. Saú. Púb. 2003; (19): 325-333.
21. Seabra AF, Mendonça DM, Thomis MA, Anjos LA, Maia JA. Determinantes biológicos e socioculturais associados à prática de atividade física de adolescentes. Cad. Saú. Púb. 2008; 24(4): 721-736.
22. Rall LMF, Braga RS, Celino RJ, Almeida MAB. A relação entre gênero e adesão à atividade física no lazer. Lec: Edu. Fís. y Depo. 2012; 17(168).
23. Universidade Federal de Viçosa. Planejamento Pedagógico do Convênio do Programa Segundo Tempo Universitário da Universidade Federal de Viçosa. Viçosa: Divisão de Esportes e Lazer; 2012.
24. Starepravo FA, Rinaldi IPB, Pizani J, Seron TD, Teixeira RTS, Oliveira AAB. As equipes colaboradoras do Programa Segundo Tempo e suas contribuições para o desenvolvimento de uma política de esporte educacional. Rev. Motr. 2012; (39): 129-141.
25. Universidade Federal de Viçosa. Manual de Procedimentos do Programa Segundo Tempo Universitário da Universidade Federal de Viçosa. Viçosa: Divisão de Esportes e Lazer; 2015.
26. Universidade Federal de Viçosa. Planejamento Pedagógico do Núcleo do Programa Segundo Tempo Universitário da Universidade Federal de Viçosa. Viçosa: Divisão de Esportes e Lazer; 2014.
27. Sano H, Montenegro Filho MJF. As técnicas de Avaliação da Eficiência, Eficácia e Efetividade na Gestão Pública e sua Relevância para o Desenvolvimento Social e das Ações Públicas. Des. em Ques. 2013; 11(22): 35-61.
28. Arretche TS. Tendências do estudo sobre avaliação. In: Rico EM, org. Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate. São Paulo: Cortez; 2001.
29. Engelman S, Oliveira AAB. Gestão Pública em rede: o caso do Programa Segundo Tempo – Ministério do Esporte. Jour. of Phys. Educa. 2012; 23(4): 543-552.
30. Brasil. Programa Segundo Tempo Universitário – Diretriz. Brasília: Ministério do Esporte; 2016.